



O 1968 Brasileiro e As Possibilidades de Ação da Sociedade Civil Durante o Regime Militar¹

Autor: Diego Alberto dos Santos²

Orientadora: Danila Gentil Rodriguez Cal³

Universidade da Amazônia – UNAMA

Resumo

Tem-se como intuito fazer um estudo acerca das proposições de Jürgen Habermas sobre esfera pública, opinião pública e sociedade civil, mostrando a íntima relação que tais elementos mantêm com a idéia de uma democracia efetiva. O foco central reside na análise de algumas manifestações populares ocorridas no Brasil durante o ano de 1968 – já durante a Ditadura Militar –, que funcionam como exemplos para demonstrar que, mesmo em Estados cerceadores da liberdade comunicativa, ainda é possível verificar a articulação da sociedade enquanto ente civil atuante, revelando-a, inclusive, como foco de resistência e luta pela democratização do Estado. Em suma, busca-se compreender a possibilidade de debate e articulação pública mesmo em condições que não favoreçam a formação das ditas esferas públicas, galgadas no agir e na racionalidade comunicativa.

Palavras-chave

Sociedade Civil; Esfera Pública; 1968; Democracia; Jürgen Habermas.

Introdução

O intelectual alemão Jürgen Habermas, em sua obra *Direito e Democracia II*, dedica alguns tópicos para desenvolver uma abordagem teórica do conceito de esfera pública e comunicação. De certa maneira, busca rever seus estudos anteriormente publicados, partindo da teorização sobre o papel estratégico que a comunicação assume para a estruturação de esferas públicas e, conseqüentemente, da dita sociedade civil, que é constituída pelos entes que atuam diretamente sobre as problemáticas sociais.

Sua obra nos leva a entender como uma sociedade democrática não pode prescindir das garantias de liberdade à base privada de uma esfera pública, fundamental para assegurar

¹ Trabalho apresentado ao Intercom Junior, na Divisão Temática Estudos Interdisciplinares da Comunicação, do XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste.

² Aluno de Graduação da Universidade da Amazônia - UNAMA (Belém-Pará), 7º período do curso de Comunicação Social – Jornalismo. E-mail: diegoalberto_santos@yahoo.com.br

³ Trabalho desenvolvido sob orientação de Danila Gentil Rodriguez Cal. Mestre em Comunicação e Sociabilidade Contemporânea pela Universidade Federal de Minas Geral (UFMG) e coordenadora da Agência Unama de Comunicação pelos Direitos da Criança e do Adolescente. E-mail: danielcal@unama.br



a estrutura comunicativa como um todo. Para exemplificar isso, Habermas cita o exemplo dos Estados pan-ópticos, que controlam diretamente essa base, culminando com a desintegração da esfera pública.

No entanto, Habermas, embora trate teoricamente sobre as possibilidades de atuação da sociedade, não desenvolve uma exemplificação específica sobre as sociedades existentes nesses Estados pan-ópticos, ou seja, não aprofunda como se dá a articulação comunicativa das pessoas no interior desses modelos. Em resumo, ele não exemplifica como ainda é possível, mesmo nessas situações adversas, a formação de esferas públicas independentes das vontades estatais, como se pôde verificar no Brasil Ditatorial, no qual, em resposta às imposições do Estado, havia uma sociedade civil atuante.

A ditadura brasileira fora instaurada em 1964 e, desde então, emergiram no país diversas manifestações populares criticando o sistema. Um dos anos de maior efervescência política foi 1968, sendo emblemático, não só pelo que ocorria no Brasil, mas pelo que se verificava em todo o globo.

Em 1968, tivemos, no panorama mundial, a intensa atuação de múltiplas frentes de contestação social: feminismo, movimento negro, pacifismo, movimento ambientalista. Além disso, as pessoas, inspiradas por utopias de liberdade, criticavam o sistema, a imposição de idéias, o arcaísmo conceitual, mesmo que, em resposta a isso, recebessem duras reprimendas do poder instituído: como o exército soviético que pôs fim a Primavera de Praga (movimento que sonhava um socialismo mais humanizado para a Tchecoslováquia); os líderes americanos que ordenavam atirar nos estudantes insurgentes; os militares brasileiros que reprimiam as manifestações de rua.

Mil novecentos e sessenta e oito foi mítico porque abarcou, num espaço de 366 dias (ano bissexto), inúmeras rebeldias sociais que emergiam em variados setores. Nessa perspectiva, muitas das ações promovidas nesse período, sobretudo no Brasil Ditatorial, poderiam exemplificar a “lacuna” apontada na análise habermasiana.

Utilizando isso como mote, desenvolver-se-á, no presente estudo, através de uma revisão bibliográfica – tanto da obra habermasiana, quanto de outros autores e de publicações lançadas em 2008 para comemorar o aniversário de 1968 – uma análise de alguns fatos emblemáticos, no que concerne à atuação da sociedade civil, ocorridos no Brasil Ditatorial no ano de 68, com o intuito de ilustrar a possibilidade de articulação de uma esfera pública e de uma sociedade civil atuante, mesmo em Estados repressores.



As Manifestações de 1968 e a Sociedade Civil

Em 2008, comemorou-se os 40 anos do “ano de todas as revoltas”: 1968, que estampou a capa de inúmeras publicações e provou que toda a luta da sociedade civil vista nos anos de 1960 “persiste na nossa memória coletiva como lição inspiradora para futuros em aberto que precisam ser construídos”. (ESTANQUE, 2008, p.53).

Toda essa ressonância que o ano de 1968 conseguiu explica-se porque, pela primeira vez na história, verificou-se a generalização global dos movimentos de resistência estudantil e trabalhadora. Viu-se, seja na França, nos EUA, na Tchecoslováquia e até mesmo no Brasil, manifestações de resistência aos desmandos do poder estatal instituído.

Em 1968, o Brasil já enfrentava seus anos de chumbo, frutos do golpe militar de 1964. O país passava por um período de cerceamento das liberdades individuais. Como afirma Valente (2008, p.44):

Em 1964, o golpe militar conseguiu aniquilar rapidamente as forças progressistas que lutavam por transformações no Brasil. Os sindicatos sofreram intervenções, as Ligas Camponesas foram implacavelmente perseguidas, os partidos de esquerda, cassados e os líderes políticos foram presos ou exilados.

Posteriormente, presenciou-se a progressão dessa conjuntura. Dois exemplos disso são o assassinato do estudante Edson Luís, baleado pela polícia carioca em 28 de março de 1968 - fato que causou grande comoção social -, e a publicação do Ato Institucional N°5 (AI-5), em dezembro do mesmo ano.

No entanto, apesar da condição causticante vista no país, a sociedade civil permanecia inquieta. Estudantes iam às ruas, trabalhadores grevavam, artistas produziam trabalhos-manifestos, ou seja, pôde-se comprovar que, mesmo diante de um governo ditatorial, cerceador, havia uma válvula de escape para a manifestação civil.

Jürgen Habermas, em *Direito e Democracia II*, nos fornece um referencial teórico de como entender essas situações – nas quais a sociedade civil incide diretamente sobre a problemática social –, argumentando que da “fagulha da liberdade comunicativa nos domínios da vida privada” (HABERMAS, 2003, p.99), as pessoas puderam organizar-se no interior das esferas públicas e, uma vez estruturados, ter atitudes de sociedade civil, as “quais captam os ecos dos problemas sociais que ressoam nas esferas privadas,



condensam-nos e transmitem, a seguir, para a esfera pública política”.(HABERMAS, 2003, p.99).

Para um Conceito de Sociedade Civil

Para a melhor compreensão das afirmações constantes nesse artigo, é salutar a delimitação do entendimento sobre sociedade civil.

Na perspectiva habermasiana, a sociedade civil, contemporaneamente, está ligada à idéia de associações e organizações livres, circunscritas fora do poder estatal e de entidades econômicas, que, valendo-se das estruturas comunicacionais da esfera pública, conseguem captar a problemática social e pautá-la na esfera do poder político instituído. Dessa forma, tem-se que a materialização prática da sociedade civil está nos movimentos sociais, organizações e associações.

Assim, tem-se:

O núcleo da sociedade civil forma uma espécie de associação que institucionaliza discursos capazes de solucionar problemas, transformando-os em questões de interesse geral no quadro de esferas públicas. Esses *designs* discursivos refletem, em suas formas de organização, abertas e igualitárias, certas características que compõem o tipo de comunicação em torno da qual se cristalizam, conferindo-lhe continuidade e duração. (HABERMAS, 2003, p.99).

Nesses termos, verifica-se quanto é imprescindível a preservação de certos valores, como a liberdade individual e a preservação de uma cidadania autônoma, para a formação da sociedade civil. Dessa maneira, qualquer estrutura, inclusive estatal, que vise a controlar a base privada da esfera pública, representa um entrave para a efetivação dessa esfera, por isso de se temer um Estado totalitário ou um regime ditatorial, uma vez que afrontam diretamente esse pressuposto básico.

Intervenções administrativas e supervisão constante desintegram a estrutura comunicativa do dia-a-dia na família, na escola, na comuna e na vizinhança [...] a racionalidade comunicativa é destruída, tanto nos contextos públicos quanto privados. E quanto mais se prejudica a força socializadora do agir comunicativo [...], mais fácil se torna formar uma massa de atores isolados e alienados entre si, fiscalizáveis e mobilizáveis plebiscitariamente. (HABERMAS, 2003, p.99).

Dessa forma, não há erro em afirmar que durante a ditadura militar, a estrutura estatal configurava-se de maneira a dificultar a constituição de uma sociedade civil aos moldes preceituados por Habermas. No entanto, pela elucidação anteriormente proposta, vê-se



que, mesmo em face de condições adversas, é possível criar espaços de resistência popular e de luta, do contrário, manifestações como as de 1968 não seriam possíveis.

Esfera Pública

O conceito de sociedade civil ainda perpassa pela idéia de esfera pública e de opinião pública, afinal, inexistindo uma rede comunicacional que estruture e organize os entes sociais ou uma opinião advinda dos debates e discussões coletivas, não há sentido em falar de atuação ativa e autônoma de uma sociedade civil.

A esfera pública é uma espécie de rede que permite o fluxo das mais diversas expressões existentes no mundo da vida. Nela:

acontecem dois processos importantes, a saber, filtro e condensação. As expressões, dispersas no contexto vital, são separadas por temas e por nível de aprovação e são trabalhadas de forma a que se adensem em focos. Assim, expressões filtradas condensadas por temas ou por volume do apoio arregimentado, convertem-se em opinião pública. (HABERMAS, 1994, p.438 apud GOMES, 2008, p.93).

Dessa maneira, a esfera pública seria uma estrutura por onde circulariam os mais diversos assuntos que, uma vez debatidos e filtrados, poderiam constituir uma opinião pública e, conseqüentemente, nortear a ação da sociedade civil.

Habermas, em *Direito e Democracia II*, ilustra essa proposição, conceituando:

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas enfeixadas em temas específicos. (HABERMAS, 2003, p.96).

Entende-se, portanto, que a esfera pública se estrutura a partir da interação entre as pessoas, as quais, ao hibridarem perspectivas coletivas e individuais antagônicas – retomando a idéia de que Habermas defende a preservação da liberdade individual –, formam uma espécie de identidade de grupo, a qual, posteriormente, pode originar um grupo de atuação política, como aconteceu em junho de 1968, quando um grupo de estudantes carioca sitiou uma reunião do conselho da Universidade Federal do Rio de Janeiro e obrigaram os professores a debater sua pauta educacional, isso durante a Ditadura militar.



No entanto, exemplificando como as limitações das vontades individuais inibem as ações da sociedade civil, posteriormente, policiais prenderam esses jovens, que foram levados para o campo do Botafogo, onde sofreram humilhações bárbaras.

Wilson Gomes, numa revisão da obra habemasiana, resume os elementos essenciais de composição da esfera pública, demonstrando como ela se conecta, essencialmente, aos conceitos de vontade coletiva e opinião pública.

O tema da esfera pública em *Direito e Democracia* repousa nesta plataforma conceitual. A esfera pública aparece como um domínio social que se coloca em relação estrita com o tema da opinião pública e da vontade coletivas e, particularmente, com os modos, meios e matérias mediante os quais tais opinião e vontade são formadas, mas também com as razões por meio das quais estas assumem papel fundamental em sociedades democráticas. (GOMES, 2008, p. 82).

Nesse excerto, depreende-se também a idéia de como o senso de esfera pública está intimamente ligado à luta e à constituição de uma sociedade democrática. Afinal, sua estrutura porosa para os mais diversos argumentos e opiniões, facilitam a formação de uma sociedade plural e aberta, com livre poder de escolha e decisão, o que seriam requisitos básicos de uma democracia efetiva.

A Sociedade Civil em Regimes Ditatoriais

Como se vê, a idéia de ação da sociedade civil e a própria estruturação da esfera pública perpassam pela existência de uma efetiva sociedade democrática. No entanto, como já foi exemplificado nesse artigo, é possível a atuação da sociedade civil mesmo em regimes um tanto distanciados dos princípios democráticos, como ocorre em Ditaduras, a exemplo da brasileira.

Em Estados ditatoriais, mesmo que se queira, é impossível o cerceamento de todos os foros de debates, afinal não se consegue ter controle, o tempo inteiro, de todos os espaços de reunião e encontro, seja esse espaço uma universidade, um sítio isolado (como ocorreu em 1968, na tentativa de se realizar, em Ibiúna, o 30º Congresso da UNE), um porão, etc. Isso explica porque, mesmo em condições desfavoráveis à articulação pública, é possível manifestações organizadas no âmbito da sociedade civil.

Citando Habermas:

Todo encontro, no qual atores não apenas observam uns aos outros, mas assumem uma posição de segunda pessoa, reciprocamente atribuindo liberdade comunicativa para os outros, desemboca em um espaço público lingüisticamente constituído. Esse espaço se mantém aberto, em



princípio, para potenciais parceiros de diálogo que estão presentes sem participar ou poderiam a vir à cena e se juntar aos que ali estão. (HABERMAS, 1994, p.437 apud GOMES, 2008, p.89).

Dessa forma, pressupõe-se que qualquer um desses encontros marcados pela “liberdade comunicativa”, ajudam a desembocar na formação de uma esfera pública e, posteriormente, numa possível articulação/atuação da sociedade civil.

A exemplo disso temos que, em 1968, as reuniões clandestinas ainda permitiam o encontro para a estruturação dos debates, como exemplificam Regina Zappa e Ernesto Soto (autores de um livro que esmiúça os acontecimentos do ano de 1968) ao relatarem o processo de chamamento para uma reunião clandestina, para qual o cantor Chico Buarque fora chamado.

“Eu não era um bom conspirador”, diz Chico Buarque. E não era mesmo. Tanto que um dia, quando a atriz Tônia Carrero telefonou para lhe dizer de forma cifrada que haveria um encontro com o “príncipe russo” em sua casa. Chico ficou paralisado, sem dizer nada por alguns segundos. Depois exclamou: “Ah, o Vladimir!” Terminava ali, antes mesmo de começar, sua fugaz carreira de conspirador político. Com essa simples frase, ele detonava o sigilo sobre um encontro clandestino que um grupo de artistas, entre eles Tônia, planejava fazer em torno de Vladimir Palmeira, um dos principais líderes estudantis dos anos 60. (SOTO & ZAPPA, 2008, p.24).

Além dessas esferas de reunião, as ações de protesto que invadiam as ruas também conseguiam chamar a atenção das pessoas para certas questões.

Como exemplifica o jornalista Rodrigo Valente, ao relatar a Marcha dos 100 Mil, uma manifestação popular ocorrida em junho de 1968:

Na manhã seguinte, os líderes do movimento convocaram um protesto contra a violência da ditadura militar. Em pouco tempo ganharam o apoio da população, e o centro do Rio virou uma praça de guerra. A manifestação parecia uma insurreição. O conflito se arrastou até a noite e teve um saldo de mais de 20 mortos [...] No outro dia os jornais estampavam a manchete: “Sexta-feira Sangrenta”.

A violência daqueles episódios sensibilizou outros setores da sociedade, que convocaram os estudantes para uma passeata para a semana seguinte. Rapidamente, sindicalistas, artistas, intelectuais, religiosos e profissionais liberais aderiram ao protesto. Os estudantes voltaram para as universidades e escolas e prepararam uma grande mobilização. Após a repercussão da Sexta-Feira Sangrenta, os militares resolveram autorizar a manifestação. A passeata, que acabou conhecida como marcha dos 100 mil, desfilou pelo centro do Rio de Janeiro [...]

A marcha dos 100 mil representou o auge da resistência popular a ditadura. (VALENTE, 2008, p.47).

Assim se explica como nessa época, mesmo vivendo-se em “anos de chumbo”, ainda era possível organizar ações civis - como a Marcha dos 100 Mil, no Rio de Janeiro - e



repercutir problemáticas em diversos setores sociais. Afinal, os exemplos comprovam que ainda havia a fagulha comunicativa entre as pessoas, a rede porosa de fluxo comunicativo ainda era organizável, mesmo que clandestinamente.

O 68 Brasileiro, a Sociedade Civil em Ação

Em 1968, cantava Caetano Veloso: “É proibido proibir/É proibido proibir/ É proibido proibir...”. E nessa simples repetição de versos, inspirados em frases de protestos europeus, encerra-se a explicação de todo o caráter mítico que envolveu esse ano. No qual deu-se vivas aos sonhos e utopias e ir às ruas, parar as máquinas e fazer barricadas eram símbolos pela luta contra o proibir, contra o aprisionar, contra o discriminar. Em suma, como definiu a publicação História Viva (maio/2008) que celebrou as quatro décadas de 68: quando se presenciou “O ano zero de uma nova era”.

Em 1968 tivemos o mundo protestando contra o imperialismo americano e sua desgovernada Guerra do Vietnã. Os Estados Unidos, aliás, enfrentavam protestos também dentro de seu território: o movimento negro de Martin Luther King, os Panteras Negras, o movimento feminista, os hippies.

Na Europa, os franceses realizaram a maior greve operária até então vista, quando 10 milhões de trabalhadores pararam suas atividades; os tchecos respiravam os ares de um regime socialista mais democrático, instituído com a famigerada Primavera de Praga; Universidade eras ocupadas na Espanha, Itália, França. No Japão, os estudantes entravam em choque direto com a polícia.

Vivia-se uma enorme inquietação global, botando-se em cheque os valores obsoletos, as arbitrariedades e tudo mais que representava entrave para o livre pensar e agir.

No Brasil, verificou-se a entrada de muitos desses ideais preconizados mundo a fora, mesmo que se vivesse sob a égide de um regime ditatorial, resultado do golpe que derrubou o presidente João Goulart e colocou os militares à frente da administração do país, em 1964.

Possivelmente, a própria absorção desses ideais, bem como a idealização dos protestos e manifestações vistos no contexto global, tenham influenciado o pensamento dos brasileiros, sobretudo os jovens, que, mirando-se nesses modelos e ideologias correntes, acabavam sendo influenciados a agir contra o regime estatal, o que poderia justificar, numa primeira análise, a intensa ação da sociedade civil nesse período.



O estudioso do movimento estudantil brasileiro, Antonio Mendes Junior, entende que “a participação política dos estudantes num contexto em que a sociedade civil estava reprimida, oprimida e amordaçada serviu como desencadeador de movimentos sociais mais amplos”.(MENDES JUNIOR, 1982 apud SOTO & ZAPPA, 2008, p.51).

Nessa perspectiva, e fazendo uma ponte com as idéias já articuladas, esses manifestantes serviriam como os captadores dos problemas sociais e, ao articularem ações e promoverem debates em seus círculos de atuação (teatros, centros acadêmicos, bares), conseguiriam pautá-los na esfera pública política, exemplificado o modelo concebido por Habermas.

Para melhor ilustrar a afirmação, temos Soto e Zappa que descrevem o clima da época:

O clima geral era de tensão. No meio estudantil, os ânimos também se acirravam. Secundaristas começavam a protestar por mais vagas nas universidades [...]. No dia 15 de janeiro, [estudantes cariocas] saíram às ruas em passeata. Em Belo Horizonte, estudantes fizeram manifestações contra a ditadura militar, em frente à Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. (SOTO & ZAPPA, 2008, p.26).

Nesse contexto histórico de cerceamento da livre reunião e debate, os teatros, os bares, diretórios acadêmicos, emergiram como pontos de resistência da livre articulação. Nos teatros, se propunha a transformação por meio de espetáculos que trariam, num princípio um tanto brechtiano, o debate ao espectador, como resume Augusto Boal, famoso teatrólogo dessa época: “O teatro tinha que ajudar nas transformações. Como? ‘conscientizando’ platéias populares! Quem faria a revolução? O povo!”(SOTO & ZAPPA, 2008, p.57).

Um outro local de encontro, sobretudo dos estudantes cariocas, era o chamado Calabouço, uma espécie de restaurante que atendia secundaristas carentes e servia de alojamento para algumas entidades estudantis. Nesse lugar, havia constantes debates e articulações do movimento estudantil.

No entanto, no tipo de regime vigente no Brasil dessa época, vigorava a regra de desintegrar as estruturas comunicativas, por razões óbvias de facilitar a dominação estatal, tanto que algumas peças começaram a ser proibidas, como no emblemático caso da peça Roda Viva, quando policiais e militantes do Comando de Caça aos Comunistas, invadiram o Teatro, espancaram artistas e público e destruíram cenários e figurino.

O próprio Calabouço foi cenário de um dessas tentativas de desarticulação da esfera pública. Em 28 de março de 1968, após o jantar, a polícia invadiu o local e, numa ação desastrosa, matou um estudante secundarista com um tiro no peito.



Enquanto seus colegas jantavam, alguns estudantes debatiam a organização de uma passeata, que deveria ser realizada no dia seguinte, em protesto contra as precárias condições de higiene e o mau funcionamento do restaurante. De repente, viaturas policiais cercaram o local e soldados do Batalhão Motorizado da Polícia Militar invadiram o lugar, distribuindo indiscriminadamente, cacetadas e tiros. Alguns estudantes ensaiaram uma improvisada e inútil reação se defendendo com pedras. Várias rajadas de metralhadoras foram disparadas.

Segundo o relato de dezenas de testemunhas, o comandante da tropa de choque, Alcindo Costa, sacou sua pistola e fez diversos disparos. Um deles atingiu o peito do estudante Edson Luís de Lima Souto [...] [que] chegaram morto ao hospital. (SOTO & ZAPPA, 2008, p.71).

No entanto, embora o intuito dos militares fosse desarticular as esferas de debate, fundamentais para a estruturação da esfera pública e para própria formação de uma sociedade civil atuante, como anteriormente demonstrado, ambos os casos relatados geraram uma repercussão social. O caso de Edson Luís, por exemplo, desencadeou greve estudantil, suspensão dos espetáculos de teatro, a mobilização de 60 mil pessoas para seu enterro, um editorial de repúdio à ação militar no *Correio da Manhã*, de tal forma que o governo se viu obrigado a se justificar pelo incidente ocorrido, tendo que abrir inquérito policial para averiguação do caso, assim como libertar os estudantes levados naquela noite.

O governador, inclusive, decretou luto oficial e suspendeu as atividades em todas as instituições de ensino do estado. “O assassinato de Edson Luís indignou o país e marcou o início de um período de enorme agitação e crescente violência que iria se estender pelo ano todo”. (SOTO & ZAPPA, 2008, p.73).

Tal caso exemplifica o argumento que exaustivamente vem sendo trabalhado nesse artigo: embora a teoria habemasiana explique o processo de atuação da sociedade civil, determinando que, em Estados onde há o cerceamento da liberdade comunicativa, há a diluição das esferas públicas e, conseqüentemente, de uma sociedade civil atuante, tal teoria não exemplifica o poder de resistência da sociedade, ou seja, não demonstra como ainda é possível a articulação social em tais condições adversas, que, pelos exemplos citados, faz-se possível.

A sociedade, mesmo que em guetos, espaços clandestinos ou através de ações mais radicais, consegue se articular e pautar questões para as quais o Estado não pode fazer ouvidos moucos.

Aliás, é tal resistência que funciona como elemento estratégico para a redemocratização de um país, pois, como afirma Avritzer e Costa (2006, p.63-64): “[...] ao lado da



construção de instrumentos democráticos (eleições livres, parlamento ativo, liberdade de imprensa, etc.), a vigência da democracia implica a incorporação de valores democráticos nas práticas cotidianas”.

Em suma, é necessário que as pessoas, muito além de depender das transformações institucionais, internalizem as vontades democráticas, participando ativamente da sua constituição, como se viu naqueles que foram às ruas e pararam as máquinas em 1968, tornando esse ano um marco em toda a história do século XX.

Conclusão

O modelo ideal de sociedade democrática perpassa pela existência de estruturas mínimas que garantam o livre fluxo de diversas idéias e opiniões. Afinal, isso é o que permite a consolidação das estruturas comunicativas, que, numa análise geral, são essenciais para a constituição das esferas públicas, das opiniões públicas – frutos dos debates e crivos realizados no interior das esferas – e do próprio estímulo à atuação da sociedade civil.

No entanto, o estudo aqui desenvolvido conseguiu demonstrar que, mesmo em situações de difícil acesso a essas estruturas mínimas, é possível desenvolver o fluxo dialógico e a mobilização social.

Os acontecimentos que se desenrolaram no Brasil durante o ano de 1968 mostraram que, seja através de reuniões secretas, de ações radicais ou de fatos que causam comoção social, é possível criar estímulos ao debate e, posteriormente, permitir que questões sejam pautadas na esfera política, mesmo quando o Estado está fechado para a sociedade civil.

Aliás, a necessidade que os chefes de um Estado repressor possuem de cercear o debate coletivo e a organização popular reside na vontade de manter o poder instituído, ou seja, de preservar a dominação que o Estado exerce sobre a sociedade, como o próprio Habermas sinaliza ao citar o modelo de Estado pan-óptico.

Além disso, uma reflexão interessante retirada dessa análise histórica é que: se a democracia essencialmente depende da existência de esferas públicas e de uma sociedade civil atuante, são essas mesmas estruturas que podem ajudar a conduzir Estados repressores ao retorno à Democracia, o que atribui às pessoas papel importantíssimo na luta por esse ideal.



Referências

AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública – Concepções e usos na América Latina. In: CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola; MAIA, Rousiley (Orgs.). *Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas*. Belo Horizonte: editora UFMG, 2006.

CORDEIRO, Tiago. Revolução no Brasil. *Aventuras na História*. São Paulo, n° 47, p. 24-31, julho de 2007.

ESTANQUE, Elísio. Quarenta anos depois – refletir sobre o significado de 68 na atualidade é a prova de que seu espírito continua vivo. *Revista CULT*. São Paulo, v. 126, ano 11, p. 51-53, julho de 2008.

GOMES, Wilson. Esfera Pública Política e Comunicação em Direito e Democracia em Jürgen Habermas. In: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley (Orgs.). *Comunicação e Democracia – Problemas e Perspectivas*. São Paulo: Paulos, 2008.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Democracia – entre a facticidade e a validade II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

LOPES, Reinaldo José. O ano que sacudiu o mundo. *Aventuras na História – Edição Comemorativa – 1968, o ano que moldou o mundo*. São Paulo, n°58, p. 24-37, maio de 2008.

PRADA, Cecília. Insatisfação com fôlego de gato. *Problemas Brasileiros*. São Paulo, v. 46, n°388, p. 2-7, julho-agosto de 2008.

SEGALLA, Amauri. 1968, o ano das transformações. *Revista Época*. São Paulo, n°503, p. 60-69, 7 de janeiro de 2008.

SOTO, Ernesto; ZAPPA, Regina. *1968 – Eles só queriam mudar o mundo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

VALENTE, Rodrigo. A resistência dos estudantes. *Revista História Viva*. São Paulo, n°54, ano V, p. 44-49, maio de 2008.